Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Pará
Belém-Pará-Brasil

Revista Cocar, Belém, V.24, N.42, p. 01-21, 2026 ISSN: 2237-0315

Docentes com deficiência na Educação Superior: identidade, acessibilidade e protagonismo

Professors with disabilities in Higher Education: identity, accessibility, and agency

Paula Márcia Seabra de Sousa
Décio Nascimento Guimarães
Gisele Pessin
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)
Campos dos Goytacazes/RJ-Brasil

Resumo
Este estudo teve como objetivo compreender, por meio de uma revisão narrativa crítica da literatura, as experiências e os desafios do trabalho de professores com deficiência na Educação Superior brasileira, com foco em três eixos centrais: identidade docente, acessibilidade laboral e protagonismo. Realizaram-se buscas por artigos, dissertações e teses publicados de 2009 a 2024 em bases de dados científicas. O processo de seleção dos textos resultou em oito artigos e quatro dissertações, que foram analisados. Os resultados evidenciam que, apesar de avanços legais, persistem barreiras estruturais, institucionais, acadêmicas e atitudinais que impedem a atuação desses profissionais. Conclui-se, porém, que sua presença e suas práticas contribuem para a desconstrução de paradigmas capacitistas e para a construção de uma universidade mais inclusiva, democrática e comprometida com a diversidade.
Palavras-chave: Pessoa com deficiência; Educação Superior; Docência.

Abstract
This study aimed to understand, through a critical narrative review of the literature, the experiences and challenges faced by faculty members with disabilities in Brazilian higher education, focusing on three central dimensions: professional identity, workplace accessibility, and agency. Searches were conducted for scientific articles, dissertations, and theses published between 2009 and 2024 in academic databases. The selection process resulted in eight articles and four dissertations, which were subsequently analyzed. The findings indicate that, despite legal advances, structural, institutional, academic, and attitudinal barriers persist, hindering the professional participation of faculty members with disabilities. Nevertheless, their presence and professional practices contribute to challenging ableist paradigms and to building a more inclusive and democratic university committed to diversity.
Keywords: Persons with disabilities; Higher education; Teaching.

Introdução

O trabalho de professores com deficiência no Ensino Superior constitui uma questão central no debate acadêmico e educacional contemporâneo. Essa temática reflete a luta histórica pela garantia de direitos e evidencia a necessidade de transformação das estruturas institucionais e culturais que constituem a educação brasileira.

O modelo social da deficiência, difundido a partir das décadas de 1970 e 1980, deslocou a compreensão da deficiência como uma condição exclusivamente biológica, passando a apontar os obstáculos sociais, arquitetônicos e atitudinais que dificultam e até mesmo limitam a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade (Diniz, 2013). No contexto educacional, esse modelo desafia as instituições a assegurarem acessibilidade, equidade e diversidade, de modo que professores com deficiência possam exercer sua profissão com autonomia e dignidade.

As instituições de ensino desempenham papel fundamental na sociedade, uma vez que consistem em espaços formativos que contribuem para a construção e a circulação do conhecimento, o desenvolvimento humano e a transformação social. No entanto, mesmo com avanços nas políticas educacionais do país, pessoas com deficiência ainda enfrentam barreiras – arquitetônicas, metodológicas e atitudinais – que limitam seu acesso e sua permanência na educação e no trabalho (Pereira; Bizelli; Leite, 2017; Souza; Timm; Garin, 2016).

Guimarães (2021) destaca que a insatisfação com tais ausências pode ser um motor para rupturas no ambiente universitário. No entendimento do autor, a docência representa uma oportunidade de questionar estruturas hegemônicas e capacitistas e propor estratégias pedagógicas que enfrentem a exclusão. Guimarães (2021) aponta que a luta contra a lógica capitalista no meio acadêmico exige a defesa de uma formação emancipatória, especialmente em instituições marcadas por práticas excludentes. Nesse sentido, a presença de docentes com deficiência nas universidades não apenas questiona os limites do sistema educacional tradicional, mas também reconfigura o espaço universitário como um campo de luta por participação e reconhecimento da diversidade.

Dados de 2023 reforçam a relevância do tema: a Organização Mundial da Saúde (*World Health Organization* [WHO], 2023) indica que mais de 1,3 bilhão de pessoas no mundo vivem com algum tipo de deficiência, o que corresponde a 16% da população mundial. Esses dados

evidenciam a magnitude da responsabilidade de construção de políticas que garantam condições equitativas de acesso à educação e ao trabalho para todas as pessoas.

No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) revelou que 18,6 milhões de pessoas (8,9% da população com dois anos ou mais) têm alguma deficiência, com maior prevalência entre mulheres (10%) do que entre homens (7,7%). Desses, cerca de 12,4 milhões permanecem fora do mundo do trabalho, evidenciando a persistência da exclusão social e reforçando a necessidade de políticas efetivas e inclusivas.

Esse cenário também se reflete no contexto acadêmico: Nascimento *et al.* (2021) apontam que, em 2018, apenas 0,5% dos docentes do Ensino Superior brasileiro eram pessoas com deficiência, o que evidencia a baixa representatividade desse grupo. Segundo o Painel do Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ano-base 2024, a categoria "número de docentes" totaliza 316.989 pessoas (Inep, 2025). A partir da análise do painel estatístico, são 1.939 docentes com deficiência, o que corresponde a aproximadamente 0,61% do total, evidenciando a ainda reduzida presença desse grupo no magistério superior brasileiro.

As universidades são espaços dinâmicos de produção de saberes, construção identitária e transformação social, nos quais docentes e discentes vivenciam um contínuo processo de revisão de paradigmas e ressignificação das diferenças (Costa; Garcia, 2020). Em se tratando de professores com deficiência, considera-se que sua atuação transcende a prática pedagógica cotidiana ao incorporar uma dimensão crítica que questiona e desestabiliza normas historicamente instituídas.

A presença de docentes com deficiência nos ambientes acadêmicos pode enriquecer a diversidade de perspectivas e desafiar barreiras estruturais e atitudinais, promovendo um diálogo inclusivo e humanizado sobre a deficiência. Costa e Garcia (2020) defendem que a multiplicidade de saberes e práticas docentes promove, pois, uma educação inclusiva, e reforçam que a presença de professores com deficiência não deve ser apenas uma questão de inserção formal, mas, sim, um processo de transformação cultural e política.

Nesse contexto, embora a literatura apresente discussões sobre inclusão e deficiência na Educação Superior, permanece relevante sistematizar especificamente o conhecimento produzido sobre a atuação de docentes com deficiência no contexto brasileiro. Esta revisão

contribui para esse debate ao reunir e analisar estudos em língua portuguesa a partir de três dimensões articuladas, identidade docente, acessibilidade laboral e protagonismo, permitindo identificar não apenas os desafios enfrentados por esses profissionais, mas também suas estratégias de atuação, contribuições e as lacunas ainda presentes na produção científica.

Nesse viés, este estudo busca responder à seguinte questão norteadora: O que as pesquisas em língua portuguesa têm revelado sobre a atuação e os desafios enfrentados por professores com deficiência na Educação Superior brasileira? Assim, este artigo tem como objetivo compreender, por meio de uma revisão de literatura, as experiências e os desafios do trabalho de professores com deficiência na Educação Superior brasileira, com foco em três eixos centrais orientados pelo pensamento freiriano: identidade docente, acessibilidade laboral e protagonismo.

Na perspectiva freireana, a participação, o trabalho e a identidade são dimensões inseparáveis do ser e do fazer educativo. A participação é concebida como um ato político, ético e pedagógico, no qual o sujeito se engaja de forma crítica e ativa na transformação da realidade. Nesse sentido, participar vai além da a presença física: significa dialogar, intervir e assumir-se como protagonista do próprio processo histórico e social. Essa perspectiva implica romper com a lógica da passividade e com as estruturas de poder que negam a voz e a experiência do outro.

O trabalho, por sua vez, é compreendido como uma prática ética e emancipatória, que transcende a mera transmissão de conteúdos e configura-se como ato de compromisso com a dignidade humana e com a construção coletiva do conhecimento. Ensinar e aprender tornam-se, assim, um exercício de práxis libertadora, em que educadores e educandos se reconhecem como sujeitos históricos em permanente transformação. Essa compreensão sustenta a importância de pensar a identidade docente como um processo contínuo de reconstrução, alimentado pelas experiências, pelas relações e pelos contextos socioculturais (Streck; Redin; Zitkoski, 2019).

Assim sendo, espera-se que esta pesquisa contribua para o avanço das políticas educacionais e institucionais voltadas à participação de professores com deficiência no Ensino Superior, fomentando discussões sobre práticas inclusivas, condições de trabalho e valorização da diversidade no ambiente acadêmico.

Metodologia

A presente pesquisa adotou o método de revisão de literatura, conforme proposto por Galvão e Ricarte (2019), com o intuito de compreender as experiências e os desafios vividos por professores com deficiência na Educação Superior brasileira. A metodologia seguiu uma estrutura preestabelecida, com critérios de inclusão e exclusão, a fim de garantir a seleção de estudos relevantes e coerentes com o objetivo do trabalho.

A coleta de dados foi realizada nas bases do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Foram considerados artigos revisados por pares, dissertações e teses publicados no Brasil, em língua portuguesa.

Para a definição da estratégia de busca, foram consultadas terminologias no Thesaurus Brasileiro de Educação, com o objetivo de assegurar maior precisão e abrangência na identificação dos estudos. Os descritores utilizados foram: professor* com deficiência; docente com deficiência; professor* universitário com deficiência; Educação Superior; Ensino Superior; pessoa com deficiência; docência; trabalho docente. Esses termos foram combinados com o uso de operadores booleanos, de modo a ampliar as possibilidades de recuperação dos estudos relacionados ao tema.

Quanto aos critérios de seleção dos textos, foram incluídos estudos sobre docentes com deficiência no Ensino Superior, bem como pesquisas que discutem acessibilidade e condições de trabalho desses profissionais. Em contrapartida, foram excluídos artigos centrados em alunos com deficiência, investigações relacionadas à Educação Básica e a estudos que tratam de temas do Ensino Superior que não se vinculam à docência de pessoas com deficiência. O recorte temporal adotado considerou trabalhos publicados a partir de 2009, tendo como referência a promulgação do Decreto nº 6.949, de 25 agosto de 2009 (Brasil, 2009), que incorporou à legislação brasileira a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2007).

As buscas de artigos no Portal de Periódicos da Capes foram realizadas em 17 de novembro de 2024, seguindo os critérios estabelecidos, o que resultou em 47 artigos. A seleção dos estudos ocorreu em duas etapas: i) triagem inicial – leitura dos títulos e resumos, o que excluiu 16 artigos duplicados, restando 31 artigos para análise; e ii) seleção final – leitura

integral dos resumos e das metodologias, aplicando os critérios de inclusão e exclusão, resultando na seleção de oito artigos para análise qualitativa.

Em 20 de novembro de 2024, foi realizada a busca de teses e dissertações na BDTD e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, utilizando os mesmos descritores e critérios adotados para a seleção dos artigos. Na BDTD, foram identificadas 14 dissertações. Desse total, oito eram duplicadas e cinco foram excluídas por não atenderem aos critérios da pesquisa, resultando em três dissertações para análise.

No Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, foram identificadas oito dissertações, das quais cinco eram duplicadas em relação aos resultados da BDTD. Após a leitura dos resumos e das metodologias, duas foram excluídas por não atenderem aos critérios da pesquisa, resultando em uma dissertação para análise. Ao final desse processo, foram selecionadas quatro dissertações para compor o *corpus* da pesquisa.

Optou-se, metodologicamente, por não apresentar o *corpus* em formato de quadro ou tabela, a fim de assegurar a acessibilidade de leitores com deficiência visual (cegueira ou baixa visão), conforme Guimarães, Rebelo e Souza (2025), e por se tratar de uma revisão narrativa crítica

Para o tratamento e exame dos dados, adotou-se a Análise de Conteúdo de Bardin (2011) como método de interpretação dos oito artigos e das quatro dissertações. Esse processo seguiu três etapas: i) pré-análise – organização e leitura flutuante do material coletado; ii) exploração do material – identificação das informações e dos temas nas categorias previamente estabelecidas; e iii) tratamento dos resultados e interpretação – análise qualitativa dos dados, sintetizando os achados em diálogo com a literatura.

A metodologia adotada permitiu analisar a produção acadêmica sobre professores universitários com deficiência no Brasil e identificar desafios persistentes e avanços na participação desses profissionais no Ensino Superior. A revisão de literatura, aliada à Análise de Conteúdo, possibilitou, portanto, a compreensão das trajetórias, desafios e contribuições dos docentes com deficiência, promovendo um debate qualificado sobre a necessidade de políticas institucionais inclusivas e práticas educacionais que valorizem a diversidade.

Resultados e discussões

A temática dos professores com deficiência na Educação Superior brasileira, conforme os critérios metodológicos estabelecidos, foi analisada em oito artigos e quatro dissertações. A distribuição temporal dos artigos revelou uma produção ainda incipiente, com apenas uma

publicação em 2013, 2014, 2016, 2017, 2019 e 2023, e duas publicações em 2020. Esse panorama sugere que, apesar da crescente discussão sobre acessibilidade e participação de todas as pessoas no Ensino Superior, a produção científica voltada à docência de pessoas com deficiência nesse nível de ensino ainda é limitada.

No que se refere às pesquisas em nível de pós-graduação *stricto sensu*, não houve tese de Doutorado que abordasse a temática da docência universitária de professores com deficiência. No entanto, quatro dissertações de Mestrado atenderam aos critérios da pesquisa, sendo publicadas em 2009, 2011, 2022 e 2024.

Realizada a leitura dos estudos, a análise dos conteúdos foi organizada em três eixos temáticos, previamente estabelecidos: i) identidade dos docentes com deficiência, que abrange os desafios e os processos de construção da identidade profissional desses professores no Ensino Superior; ii) acessibilidade laboral de docentes com deficiência, categoria que engloba as barreiras físicas, tecnológicas, institucionais e atitudinais que afetam o acesso e a permanência desses profissionais na universidade; e iii) protagonismo dos docentes com deficiência, que discute o papel transformador desses professores no ambiente acadêmico e suas contribuições para a desconstrução de práticas capacitistas.

Identidade dos docentes com deficiência

A construção da identidade dos docentes com deficiência no Ensino Superior revela-se um tema complexo e multifacetado, atravessado por barreiras institucionais, sociais e culturais. Essa identidade é um processo dinâmico, moldado de maneira contínua pelas interações cotidianas no ambiente acadêmico e pelas práticas pedagógicas vivenciadas. A identidade docente emerge como um espaço de resistência, no qual professores com deficiência enfrentam estruturas excludentes e preconceitos enraizados, desafiando as limitações impostas pela sociedade e ressignificando sua atuação profissional (Costa; Garcia, 2020).

Em consonância com essa perspectiva, Veronezi, Ribeiro e Gomes (2022) enfatizam que a interseccionalidade é central na análise da identidade dos docentes com deficiência. Ao abordarem as experiências de mulheres com deficiência, as autoras mostram como questões de gênero, raça e classe interagem para agravar as dinâmicas de exclusão. Nesse sentido, essas professoras enfrentam não apenas as barreiras impostas pela deficiência, mas também os estigmas de um ambiente acadêmico dominado por padrões elitistas e androcêntricos. A

análise interseccional proposta pelas autoras amplia, portanto, a compreensão da identidade docente, revelando que ela é marcada por múltiplas opressões, as quais precisam ser enfrentadas para promover uma participação social efetiva de todas as pessoas.

Em continuidade, Veronezi, Ribeiro e Gomes (2022) destacam a necessidade de ações específicas que valorizem as vozes de mulheres com deficiência no espaço acadêmico. Costa e Garcia (2020), por sua vez, enfatizam as práticas pedagógicas e o enfrentamento de barreiras estruturais como elementos essenciais à construção da identidade docente. Em conjunto, os estudos evidenciam aproximações e nuances do debate sobre identidade, uma vez que ambas as abordagens reconhecem a luta contra estruturas excludentes. Contudo, Veronezi, Ribeiro e Gomes (2022) aprofundam a análise ao incluírem os marcadores de gênero e classe à análise.

Silva *et al*. (2019) reforçam o papel das práticas pedagógicas inclusivas na promoção de identidades docentes autônomas e equitativas. No entendimento dos autores, quando professores com deficiência encontram espaços educacionais que respeitam e valorizam a diversidade, há um impacto direto no fortalecimento de suas identidades profissionais. Essas práticas inclusivas, ao engajarem professores e alunos em processos educativos mais humanos, promovem transformações tanto na experiência docente quanto na percepção de suas capacidades.

Orlando e Caiado (2014), por sua vez, destacam outra dimensão: o papel do apoio familiar na formação da identidade dos docentes com deficiência. Ao evidenciarem que o apoio de familiares e educadores é crucial para enfrentar os dilemas da trajetória acadêmica e profissional, os autores sublinham as redes de solidariedade como bases para o desenvolvimento pessoal e profissional. Essa abordagem adiciona uma camada coletiva à compreensão da identidade, contrapondo-se à ideia de que ela é construída apenas em interações individuais ou institucionais.

Nesse esteio, Barbosa (2009) apresenta uma perspectiva crítica acerca das estruturas sociais que moldam as experiências dos docentes com deficiência. O autor denuncia a tendência de enquadrar a inclusão nos moldes da normalidade, o que, por conseguinte, reforça estigmas e limitações. A verdadeira participação social depende, pois, do reconhecimento da diferença como elemento enriquecedor. Essa visão ressoa nas contribuições de Silva *et al*. (2019) e de Costa e Garcia (2020), uma vez que ambos destacam

a diversidade como um recurso pedagógico valioso, capaz de transformar as relações interpessoais e as práticas educacionais.

Brando (2011) corrobora essa ideia ao observar que a convivência com professores com deficiência desafia preconceitos e estimula mudanças nas percepções de alunos e colegas. Na concepção da autora, o contato direto com esses docentes permite ressignificar as diferenças, transformando o desconhecido em algo compreensível e real. Brando (2011) também aponta que a prática docente, para muitos professores com deficiência, é um espaço de resistência e transformação, em que suas experiências pessoais se traduzem em ações pedagógicas que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa.

Ferreira (2022) acrescenta que a formação crítica e emancipadora é essencial para construir identidades docentes humanizadas. A autora critica práticas individualizantes e medicalizantes que reduzem a deficiência a um aspecto pessoal, ignorando os contextos sociais e estruturais que perpetuam a exclusão. Além disso, observa que a ausência de professores com deficiência na formação dos estudantes está associada à falta de condições concretas que viabilizem sua inserção e permanência nos espaços acadêmicos. Dessa forma, Ferreira (2022) aponta a urgência de mudanças estruturais que assegurem a humanização desses professores e a valorização de suas contribuições na Educação Superior.

Já Ferreira (2024) concentra-se na prática docente como espaço de resistência e transformação. Para muitos professores com deficiência, a carreira docente representa a realização de um sonho que transcende as limitações impostas pela exclusão histórica. Assim, esses professores, ao desafiarem estigmas e ampliarem o debate sobre participação, não apenas ressignificam suas identidades, mas também questionam concepções normativas sobre a deficiência, promovendo uma visão equitativa da Educação Superior.

Ao se compararem as contribuições dos autores, fica evidente um alinhamento em torno da necessidade de combater estruturas excludentes e valorizar as diferenças. No entanto, identificam-se nuances significativas entre as abordagens. Costa e Garcia (2020) e Silva *et al*. (2019) enfatizam as práticas pedagógicas como centrais para a construção da identidade, enquanto Veronezi, Ribeiro e Gomes (2022) aprofundam o olhar sobre os marcadores de gênero. Orlando e Caiado (2014), por sua vez, destacam o papel das redes de apoio no enfrentamento de barreiras.

Barbosa (2009), Brando (2011), Ferreira (2022) e Ferreira (2024) convergem, em suas opiniões, ao criticarem concepções normativas e capacitistas. Em suas contribuições, propõem transformações culturais que reconheçam a diversidade como elemento central na educação.

Apesar do diálogo entre os autores, algumas lacunas permanecem. Ainda são necessárias mais investigações sobre as especificidades regionais e culturais envolvidas na construção da identidade docente de pessoas com deficiência, bem como dos impactos de políticas públicas na efetivação de práticas inclusivas. Além disso, o papel das novas tecnologias digitais na ressignificação das identidades docentes ainda requer maior atenção, sobretudo diante de muitas ausências de acessibilidade nas universidades.

Assim, a construção da identidade dos docentes com deficiência emerge como um campo fértil para debates que ultrapassam uma inclusão pontual, exigindo transformações profundas e interseccionais. Somente por meio de mudanças estruturais, culturais e pedagógicas será possível assegurar que essas identidades sejam reconhecidas e valorizadas, contribuindo para a construção de uma educação inclusiva, democrática e humanizada.

Acessibilidade laboral de docentes com deficiência

O trabalho docente para pessoas com deficiência emerge como um espaço de enfrentamento a barreiras estruturais, culturais e institucionais. Nesse sentido, Barbosa (2009) destaca que a inserção e a permanência de pessoas com deficiência no mundo do trabalho enfrentam entraves relativos à falta de qualificação profissional, à insuficiência de sistemas de habilitação e reabilitação e à ausência de estímulos econômicos para sua contratação. Esses desafios refletem um modelo de normalidade excludente, que continua a marginalizar aqueles que não se enquadram nos padrões dominantes.

Apesar disso, Barbosa (2009) reconhece que o desenvolvimento tecnológico tem desempenhado um papel importante na ampliação da autonomia das pessoas com deficiência, embora tal benefício se restrinja àquelas que possuem acesso e capacitação para utilizar as inovações disponíveis.

No contexto da docência, Barbosa (2009) identifica que professores com deficiência enfrentam barreiras relacionadas à mobilidade e à acessibilidade, como infraestruturas e sistemas de transporte inadequados. Essas barreiras são impostas pela sociedade, e não pelas limitações das pessoas, o que revela a necessidade urgente de políticas de acessibilidade que promovam condições equitativas para o exercício profissional. Essa visão dialoga com a

análise de Ferreira (2024), que evidencia as dificuldades enfrentadas por docentes no cotidiano, como a falta de transporte acessível e de recursos tecnológicos nas universidades. Para Barbosa (2009), essas barreiras comprometem a autonomia docente e expõem a negligência institucional em relação às demandas de acessibilidade.

Ferreira (2024) aprofunda a discussão ao criticar o capacitismo e a romantização da superação, que transferem para os professores a responsabilidade de remover obstáculos que deveriam ser resolvidos em âmbito estrutural. Nesse esteio, a autora denuncia que essa visão perpetua desigualdades e ignora a obrigação das instituições de ensino de eliminar barreiras físicas, tecnológicas e atitudinais.

Barbosa (2009), por sua vez, concentra sua análise nos impactos da ausência de infraestrutura e de treinamento. Ferreira (2024) amplia essa perspectiva ao incluir as dimensões emocionais e sociais do isolamento vivenciado pelos docentes com deficiência.

Essa crítica ao capacitismo também é realizada por Ferreira (2022), que analisa as experiências de professoras surdas no Ensino Superior. A autora ressalta que, além das limitações estruturais, as barreiras comunicacionais e atitudinais perpetuam exclusões, como a falta de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) em contextos sociais e acadêmicos. Ferreira (2022) observa que essas práticas capacitistas refletem uma lógica neoliberal, a qual trata a deficiência como uma questão individual, em vez de reconhecer as responsabilidades institucionais e sociais na promoção de uma participação social efetiva.

A análise de Santos *et al.* (2020), por sua vez, destaca o papel das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na promoção da autonomia de professores com deficiência visual. Ferramentas como aplicativos, *softwares* e linhas Braille permitem maior independência na realização de tarefas acadêmicas. Contudo, os autores alertam para a insuficiência de investimentos em recursos de tecnologia assistiva por parte das Instituições de Ensino Superior (IES). Esse ponto se conecta à crítica de Ferreira (2024), que, do mesmo modo, enfatiza a falta de infraestrutura tecnológica como uma barreira crítica ao trabalho docente.

Além disso, Santos *et al.* (2020) lembram que a educação e o trabalho são direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI). No entanto, sua efetivação ainda enfrenta obstáculos. A regulamentação das cotas e das

condições de trabalho inclusivas, embora represente avanços, não elimina os preconceitos e as barreiras culturais que continuam a marginalizar os professores com deficiência.

Essas barreiras atitudinais, manifestadas em estigmas e preconceitos, reforçam a exclusão social e comprometem a promoção de uma verdadeira participação social (Costa; Garcia, 2020). Sob essa óptica, Pereira, Bizelli e Leite (2017) defendem que a participação só será efetiva se houver um rompimento com práticas paternalistas que subestimam a capacidade desses profissionais.

Todavia, uma perspectiva esperançosa emerge no estudo de Brando (2011), que mostra como as vivências e estratégias de professoras com deficiência transformam desafios em oportunidades pedagógicas. A interação em sala de aula, segundo a autora, promove mudanças na percepção dos alunos, desafiando preconceitos e ampliando o entendimento sobre a diversidade. Essa abordagem reflete, pois, o impacto positivo da representatividade docente, que contribui para desconstruir estigmas e fortalecer a participação no ambiente acadêmico.

Apesar dessas contribuições, há lacunas a serem consideradas acerca da temática. A análise das produções científicas revela uma escassez de estudos sobre as experiências específicas de docentes com diferentes tipos de deficiência, além de uma carência de estudos que explorem as interseções entre deficiência, gênero, raça e classe no ambiente de trabalho. Ademais, embora as TDIC sejam apontadas como ferramentas para a inclusão, há pouco investimento para torná-las acessíveis a todos os professores com deficiência.

O diálogo entre os autores converge, portanto, para a necessidade de uma transformação estrutural e cultural que transcenda as adaptações pontuais. É imprescindível que as IES invistam em infraestrutura acessível, recursos de tecnologia assistiva e formação profissional, ao mesmo tempo em que promovam uma cultura de respeito à diversidade.

Protagonismo dos docentes com deficiência

O protagonismo de docentes com deficiência no Ensino Superior é um elemento transformador tanto para a prática educativa quanto para a construção de uma sociedade inclusiva e equitativa. Nesse cenário, a prática docente constitui um campo fértil para desafiar preconceitos e ressignificar percepções sobre a deficiência (Barbosa, 2009). Esses professores, ao interagirem com a diversidade em sala de aula, não apenas elaboram novas percepções sobre si mesmos, mas também transformam a maneira como são vistos pelos

alunos e pela sociedade. Assim, tornam-se agentes de mudança, capazes de contribuir para uma educação que valoriza as diferenças como característica essencial da própria sociedade.

Souza, Timm e Garin (2016) complementam essa discussão ao argumentarem que a presença de docentes com deficiência no Ensino Superior é um marco de transformação cultural e estrutural. Isso porque mudanças profundas nas instituições são necessárias para valorizar a pluralidade e o protagonismo desses docentes, promovendo uma educação que desafia paradigmas excludentes e amplia o valor da diversidade. Nesse sentido, a participação social vai além de adaptações físicas e requer um esforço coletivo para transformar as relações humanas no ambiente acadêmico.

As vivências de exclusão enfrentadas pelos professores com deficiência tornam-se motores para suas práticas pedagógicas. Esses docentes utilizam suas experiências para transformar a sala de aula em um espaço de reflexão e aprendizado inclusivo. Dessa forma, a interação com os alunos enriquece as relações interpessoais e contribui para a formação de profissionais conscientes e colaborativos (Brando; Nunes; Walter, 2013).

Em contrapartida, Brando (2011) salienta que o contato direto entre alunos e professores com deficiência impacta a formação de uma mentalidade inclusiva. Muitos estudantes, ao conviverem com esses docentes, desconstroem preconceitos e desenvolvem maior empatia, ampliando sua compreensão sobre a deficiência. Essa interação fomenta, assim, um processo de humanização das relações, em que o respeito e o aprendizado mútuo tornam-se centrais. Além disso, a percepção de professores com deficiência como *exceções* no espaço acadêmico reflete uma mentalidade coletiva que precisa ser transformada. Essa mudança requer que as especificidades dos indivíduos sejam valorizadas e que o ambiente educacional seja estruturado para acolher todas as diferenças (Brando, 2011).

Ferreira (2022), nesse cenário, propõe que as IES assumam um papel ativo na desconstrução de barreiras estruturais/institucionais. No entendimento da autora, o compromisso em criar um ambiente educacional inclusivo beneficia não apenas os professores com deficiência, mas toda a comunidade acadêmica. Isso porque um espaço que valoriza a diversidade colabora para a formação de cidadãos preparados para lidar com as complexidades da sociedade. A autora conclui que o desmantelamento de obstáculos estruturais/institucionais é uma questão ética e política essencial para humanizar o ensino e fortalecer a democracia.

Ferreira (2024), por sua vez, ressalta que o protagonismo desses docentes desafia estigmas e contribui para a participação social de todas as pessoas. Ao mesmo tempo, esse protagonismo também expõe fragilidades institucionais e evidencia tensões entre produtividade e reconhecimento no ambiente universitário, que ainda reproduz desigualdades. Apesar dessas dificuldades, Ferreira (2024) defende que os docentes com deficiência se tornam agentes de transformação ao ampliarem o debate sobre participação social e direitos, questionando as normas que perpetuam a exclusão.

Os resultados desta investigação evidenciam que, embora existam políticas de inclusão, persistem desafios estruturais, pedagógicos e atitudinais que limitam a plena participação de docentes com deficiência nas universidades (Orlando; Caiado, 2014; Pereira; Bizelli; Leite, 2017). Esse cenário evidencia a necessidade de uma governança universitária inclusiva, capaz de assegurar condições equitativas de trabalho, acessibilidade plena e reconhecimento profissional (Souza; Timm; Garin, 2016).

Além disso, destaca-se a urgência de ampliar a representatividade de docentes com deficiência, sobretudo mulheres, considerando as intersecções entre deficiência, gênero, classe e raça na constituição da identidade docente e nos processos de exclusão (Veronezi; Ribeiro; Gomes, 2022).

Assim sendo, fica clara a convergência entre os autores no tocante ao protagonismo de professores com deficiência ser fundamental para construir uma educação mais equitativa e de uma sociedade mais justa. Todos apontam que esses docentes não apenas desafiam as barreiras que enfrentam, mas também promovem mudanças nas percepções e nas atitudes de seus alunos e colegas. Pereira, Bizelli e Leite (2017) e Santos *et al.* (2020) focam seus estudos na acessibilidade dos docentes com deficiência. Contudo, há pontos de distanciamento nas abordagens: enquanto Barbosa (2009) enfatiza a transformação pessoal e o impacto da prática docente sobre a sociedade, Ferreira (2024) destaca as contradições institucionais que limitam o protagonismo desses professores, como a tensão entre produtividade e reconhecimento.

Além disso, Brando, Nunes e Walter (2013) e Souza, Timm e Garin (2016) chamam atenção para a necessidade de mudanças culturais e estruturais, ao passo que Ferreira (2022) enfatiza o papel ético e político das instituições no enfrentamento do capacitismo. Essa diversidade de enfoques revela lacunas nos textos investigados: embora quase todos os autores concordem quanto à relevância do protagonismo docente, poucos exploram como

estratégias concretas de formação e políticas públicas podem ser implementadas para sustentar esse protagonismo de forma contínua e efetiva.

A análise dos 12 estudos selecionados revela que nem todas as pesquisas incluíram a participação direta de docentes com deficiência. Oito estudos ouviram ativamente esses profissionais, valorizando suas narrativas e experiências. Outros dois, embora tenham realizado pesquisas de campo, não deram destaque às falas dos docentes com deficiência. Em um deles, foram utilizadas entrevistas para discutir a docência de pessoas com deficiência; no outro foram aplicados questionários para apresentar dados estatísticos. Por fim, dois artigos basearam-se exclusivamente em revisão bibliográfica.

Esses dados evidenciam, portanto, a necessidade de ampliar pesquisas que promovam a escuta de docentes com deficiência, garantindo que sejam reconhecidos como protagonistas na produção de conhecimento, e não apenas como objetos de estudo. Além disso, é preciso compreender as especificidades de cada pessoa com deficiência, para que políticas e práticas institucionais sejam eficazes na promoção da acessibilidade e da equidade no âmbito do trabalho no Ensino Superior. A participação desses docentes em todos os espaços não deve ser apenas uma diretriz formal, mas um compromisso ético e político das instituições de ensino, as quais precisam assegurar condições de trabalho dignas, acessibilidade plena e a valorização da diversidade como princípio essencial da educação.

Considerações finais

Este estudo buscou, por meio de uma revisão narrativa crítica da literatura, compreender as experiências e os desafios do trabalho de professores com deficiência na Educação Superior brasileira, com foco nos eixos de identidade docente, acessibilidade laboral e protagonismo. A análise das produções científicas permitiu evidenciar que, apesar dos avanços legais e institucionais voltados à participação social de todas as pessoas, ainda persistem barreiras que limitam a participação plena desses docentes no ambiente de trabalho universitário. Essas barreiras manifestam-se de diferentes formas, sejam elas estruturais, atitudinais ou institucionais, podendo restringir tanto o acesso quanto a permanência e o desenvolvimento profissional desses educadores no espaço universitário.

A identidade docente dos professores com deficiência é construída em um espaço que, historicamente, não foi pensado para acolhê-los. Com base na leitura dos estudos selecionados, percebe-se que muitos docentes com deficiência ressignificam suas trajetórias

ao ingressarem em um meio acadêmico marcado por normativas capacitistas e excludentes. O ingresso na docência, muitas vezes, ocorre como uma estratégia de resistência e transformação, pois permite que esses profissionais questionem preconceitos e demonstrem, por meio de suas práticas pedagógicas, que a deficiência não deve ser percebida como limitação, mas como uma característica que integra a diversidade humana.

Além disso, a escassa representatividade desses docentes nas universidades impacta a construção de suas identidades profissionais. Esse cenário reforça a necessidade de políticas que promovam a valorização e o reconhecimento de sua atuação.

No que se refere às condições de trabalho, as pesquisas analisadas indicam que as universidades brasileiras ainda carecem de estrutura física e apoio institucional adequados para assegurar a acessibilidade plena aos docentes com deficiência. A ausência de construções arquitetônicas acessíveis, de recursos de tecnologia assistiva eficazes e de políticas institucionais que assegurem igualdade de oportunidades dificulta a permanência desses profissionais no Ensino Superior.

Do mesmo modo, observa-se um despreparo das instituições em compreender as especificidades de cada pessoa com deficiência e oferecer atenção contínua, o que pode acarretar sobrecarga de trabalho e comprometimento da própria saúde dos docentes. A invisibilização dessas necessidades demonstra que a inclusão ainda é um processo em construção, demandando esforços estruturais e culturais para assegurar que todos os profissionais possam exercer suas funções com autonomia e dignidade.

Apesar dos desafios, os docentes com deficiência atuam como agentes transformadores dentro do espaço universitário. Suas presenças, práticas e experiências não apenas promovem uma educação inclusiva, mas também contribuem para a desconstrução de paradigmas excludentes e capacitistas. Ao compartilharem suas vivências e adotarem metodologias pedagógicas que valorizam a diversidade, esses profissionais desafiam normas hegemônicas e ampliam as possibilidades de aprendizado para todos os envolvidos no processo educativo. O protagonismo desses docentes evidencia, assim, a importância de espaços acadêmicos democráticos, em que a participação de todas as pessoas não seja apenas uma diretriz, mas um compromisso ético e político das IES.

Uma das limitações deste estudo reside no recorte metodológico adotado, uma vez que a revisão de literatura contemplou apenas produções acadêmicas em língua portuguesa, deixando de fora investigações internacionais que poderiam oferecer um panorama mais

amplo sobre a temática. Além disso, a pesquisa se concentrou em artigos, dissertações e teses indexadas em bases de dados específicas, o que pode ter restringido a diversidade de abordagens sobre a docência de professores com deficiência.

O estudo contribui para o debate acadêmico ao reunir e analisar as produções científicas sobre a participação de docentes com deficiência no Ensino Superior, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas, a implementação de práticas institucionais inclusivas e a valorização da diversidade no ambiente acadêmico. Ademais, ao adotar uma abordagem anticapacitista, a pesquisa reforça a necessidade de uma educação que reconheça os desafios enfrentados por docentes com deficiência, garantindo que a participação não seja apenas um discurso, mas uma realidade efetiva.

Diante dos achados desta pesquisa, espera-se que este estudo contribua para a ampliação das discussões sobre a participação de docentes com deficiência na Educação Superior e incentive investigações futuras que aprofundem questões como o impacto das políticas públicas na efetivação da acessibilidade, o papel dos recursos de tecnologia assistiva na docência e as experiências interseccionais que envolvem deficiência, gênero e raça no Ensino Superior.

Mais do que reconhecer as barreiras enfrentadas por esses professores, é necessário que as universidades assumam um compromisso efetivo com a transformação de suas estruturas, garantindo a valorização da diversidade e condições equitativas para o exercício da docência. A presença de professores com deficiência no Ensino Superior não constitui apenas uma questão de representatividade, mas também um elemento essencial para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e humanizada.

Referências

BARBOSA, Frederico Kauffmann. **Professores com deficiência física no Ensino Superior**: estudo de trajetórias escolares. 2009. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009. Disponível em: https://repositorio.metodista.br/handle/123456789/1564. Acesso em: 20 nov. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANDO, Alzira Maira Perestrello. **A voz de professores universitários com deficiência e a percepção de seus alunos sobre prática docente de seus professores**. 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de

Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/10767. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRANDO, Alzira; NUNES, Laila; WALTER, Cátia. Estratégias de ensino de professoras com deficiência no nível superior: formando futuros profissionais. **Informática na educação teoria & prática**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 1-10, 2013. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/43421. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009. Dusponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 15 nov. 2024.

COSTA, Vanderlei Balbino da; GARCIA, Alexandra. Processos de produção de identidades profissionais: narrativas de trajetórias de docentes com deficiência no Ensino Superior. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 2, p. 593–613, 2020. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13741. Acesso em: 24 nov. 2024.

DINIZ, Débora. Deficiência e políticas sociais: entrevista com Colin Barnes. **SER Social**, Brasília, v. 15, n. 32, p. 237-251, 2013. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13043. Acesso em: 15 fev. 2025.

FERREIRA, Sally Cristina Gouveia da Silva. **Docentes com deficiência na Educação Superior brasileira e condições de trabalho**. 2024. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) –Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/20086. Acesso em: 20 nov. 2024.

FERREIRA, Tamiris Lopes. **"Você teve algum(a) professor(a) com deficiência na sua formação?"**: trajetórias de professoras surdas na docência da educação superior. 2022. 176 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5506. Acesso em: 20 nov. 2024.

GALVÃO, Marcia Cristina Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Monteiro. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion**: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835. Acesso em: 24 nov. 2024.

GUIMARÃES, Décio Nascimento. Educação Superior sob múltiplos olhares: por uma visão emancipatória. *In:* MELO, Francisco Ricardo Lins V.; GUERRA, Érica Simony F. M.; FURTADO, Margareth Maciel F. D. (org.). **Educação Superior, inclusão e acessibilidade**: reflexões contemporâneas. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2021. p. 122-132.

GUIMARÃES, Décio Nascimento; REBELO, Andressa Santos; SOUZA, Flávia Faissal. Participação de pessoas com deficiência em pesquisas. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ed.). **Ética e pesquisa em Educação**: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2025. p. 73-80. v. 4.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** pessoas com deficiência 2022**.** Divulgação dos dados gerais. DPE/Grupo de Trabalho de Deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2024**: painel estatístico: docente. Brasília: INEP, 2025. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGJiMmNiNTAtOTY1OC00ZjUzLTg2OGUtMjAzYzNiYTA5YjliIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9&pageName=ReportSection4036c90b8a27b5f58f54. Acesso em: 30 set. 2025.

NASCIMENTO, Maria Isabel do; FIGUEIREDO, Emily Nelson; COSTA, Juliana dos Santos; TRINDADE, Juliana Garcia Alves de; OLIVEIRA, Thiago Gomes de. Pessoas com deficiência trabalhando como docentes na Educação Superior. **ID on line:** Revista de psicologia, Jaboatão dos Guararapes, v. 15, n. 56, p. 482-494, 2021. Disponível em: https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3137. Acesso em: 24 nov. 2024.

ORLANDO, Rosimeire Maria; CAIADO, Katia Regina Moreno. Professores universitários com deficiência: trajetória escolar e conquista profissional. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 811-830, jul./set. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/MHSVpRYK6KBztHCpJjk9v7N/. Acesso em: 12 dez. 2024.

PEREIRA, Carlos Eduardo Candido; BIZELLI, José Luís; LEITE, Lúcia Pereira. Organizações de Ensino Superior: inclusão e ambiente de trabalho. **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 38, n. 138, p. 99-115, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/RKtCq7ydBKJcbYTm5MtQZWt/abstract/?lang=pt. Acesso em: 30 nov. 2024.

SANTOS, Caroline Cortes de Oliveira dos; SANTOS, Carla Fernanda S. B. de Freitas dos; MANSUR, André Fernando Uébe; GUIMARÃES, Décio Nascimento. Tecnologia Assistiva Digital: contribuições aos docentes com deficiência visual no ensino superior. **Linkscienceplace**, Campos dos Goytacazes, v. 7, n. 1, p. 1-24, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344377723_tecnologia_assistiva_digital_contribuicoes_aos_docentes_com_deficiencia_visual_no_ensino_superior. Acesso em: 30 nov. 2024.

SILVA, Louise de Quadros da; SOUZA, Mariana Pinkoski de; FOSSATTI, Paulo; SUSANA JUNG, Hildegard. As possibilidades da *Google for Education* como tecnologia assistiva. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, Marília, v. 6, n. 1, p. 21-38, 2019. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/8778. Acesso em: 30 nov. 2024.

SOUZA, Mariana Pinkoski de; TIMM, Edgar Zanini; GARIN, Norberto da Cunha. Governança universitária e o processo de inclusão de professores universitários com deficiência física, visual ou auditiva. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 1, n. 2, p. 1-22, 2016. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/2236-6377.16.34. Acesso em: 30 nov. 2024.

STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 4. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

VERONEZI, Daniela Priscila de Oliveira; RIBEIRO, Geisa Müller de Campos; GOMES, Suely Henrique de Aquino. Mulheres com deficiência na docência brasileira. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 1-24, abr./jun. 2022. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/108417. Acesso em: 30 nov. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Disability and health.** Geneva: World Health Organization, 7 Mar. 2023. Disponível em https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/disability-and-health?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 8 jul. 2025.

Sobre os autores

Paula Márcia Seabra de Sousa
Doutora e Mestra em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Graduada em Psicologia e em Direito. Especialista em Saúde Coletiva e em Psicologia Jurídica.
ORCID: https://orcid.org/0009-0005-8694-2537.
E-mail: paulamseabra@yahoo.com.br

Décio Nascimento Guimarães
Doutor e Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF). Jovem Cientista do Nosso Estado e Pesquisador com deficiência da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) – 2025-2027. Docente permanente e coordenador adjunto do Mestrado Profissional em Ensino e suas Tecnologias (MPET/IFF). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PGCL/UENF).
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1496-5407.
E-mail: decio.guimaraes@iff.edu.br

Gisele Pessin
Doutora e Mestra em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Professora da mesma instituição. Graduada em Psicologia e em

Licenciatura em Pedagogia. Especialista em Psicologia Escolar/Educacional. Docente do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PGCL/UENF).
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0564-4537.
E-mail: gisele.p@uenf.br

Recebido em: 10/11/2025
Aceito para publicação em: 02/09/2026